



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010474-30.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Rosicler Aparecida Werke**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ROSICLER APARECIDA WERKE pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, haja vista as seqüelas resultantes de acidente de veículo ocorrido no dia 21 de agosto de 2007, afetando sua capacidade funcional.

Citada, a ré compareceu à audiência designada e, infrutífera a proposta conciliatória, contestou o pedido, aduzindo a necessidade de regularização do pólo passivo com a inclusão da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A., argüindo o pagamento da indenização na esfera administrativa.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevivendo manifestação das partes.

Solicitou-se esclarecimentos do perito judicial, sobrevivendo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta a autora padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional permanente, o que induz a necessidade de avaliação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pericial.

O laudo de exame médico-pericial diagnosticou um quadro de fratura da tuberosidade do úmero esquerdo relacionado aos traumas sofridos durante o acidente, apresentando atualmente um quadro de desbloqueio parcial do ombro esquerdo e ruptura parcial com tendinose supra e infra espinhal do ombro esquerdo, concluindo que a autora apresenta *“uma incapacidade parcial e temporária para exercer suas atividades laborativas habituais, podendo ser readaptada para exercer outra função de menor complexidade. (fls. 77)”*.

O perito, inclusive após solicitação de esclarecimentos pelo juízo, deixou claro que a autora sofreu lesões físicas, mas a invalidez é temporária (não permanente).

Aliás, a autora sequer questionou a inexistência de invalidez permanente constatada pela perícia. Ao contrário, insiste em afirmar que o laudo pericial *“é categórico ao apontar que o requerente encontra-se permanentemente inválido”* (textual – fls.101), quando na verdade o laudo refere que a incapacidade é *parcial e temporária*. Ora, se for temporária é porque a lesão ainda não está consolidada e carece de tratamento e não estando ainda consolidada, não há que se falar, em incapacidade permanente e consequentemente em indenização.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

O valor correspondente à incapacidade já foi indenizado de modo satisfatório, mediante o pagamento de R\$ 1.682,50.

Não se justifica a indenização pelo valor máximo, inexistindo a incapacidade alegada, absolutamente incompatível com o laudo pericial.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno a autora, **ROSICLER APARECIDA WERKE**, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em restituição, desde que comprovadas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, arbitrados por equidade em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de maio de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema
Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**